



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência pública sobre o EIA-RIMA do empreendimento “Obras de Ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste – CTL”, de responsabilidade da ECOURBIS Ambiental S/A, realizada em 21 de novembro de 2013, na cidade de São Paulo.

Realizou-se, no dia 21 de novembro de 2013, às 17 horas, no Centro Unificado de Educação São Rafael, na Rua Cinira Polônio, 100, Conjunto Promorar Rio Claro, São Paulo/SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental do empreendimento “Obras de Ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste – CTL”, de responsabilidade da EcoUrbis Ambiental S/A (Processo n. 015/2013). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes dos Poderes Executivo – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Fernando Melo, Subprefeito do Distrito de São Mateus, e Vanilda Anunciação, Chefe de Gabinete da Subprefeitura de São Mateus –, Legislativo e Judiciário, dos órgãos públicos – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Ivo Carlos Valêncio, representante do Conselho Municipal Leste I da Secretaria do Verde do Meio Ambiente de São Paulo; - da sociedade civil, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA do empreendimento “Obras de Ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste – CTL”, de responsabilidade da EcoUrbis Ambiental S/A (Processo n. 015/2013). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que deem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria dos estudos e do projeto e/ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele/ela. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome. Em sequência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que desejasse fazê-lo e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-Executivo, e composta ainda por até



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

dois membros do CONSEMA, mas que, no entanto, nenhum conselheiro se encontrava presente até aquele momento. Esclareceu que, além destes, compunha também a Mesa um representante ou da área de licenciamento ou da área responsável pela proposta que está sendo discutida, e convidou para tomar assento o Eng^o Alfredo Rocca, gerente do Departamento de Avaliação Ambiental de Processos e Projetos da CETESB. Passou-se à etapa em que se manifesta o responsável pelo empreendimento, Eng^o Civil Nelson Domingues Pinto Jr., Diretor-Presidente da ECOURBIS Ambiental S/A, e o Eng^o Civil Luís Sérgio Akira Kaimoto, representante de uma das empresas responsáveis pelos estudos ambientais, Cepollina Engenheiros e Consultores Ltda., e Sérgio Luís Pompéia, representante da outra empresa responsável pela elaboração dos estudos, que é a CPEA – Consultoria, Planejamento e Estudos Ambientais Ltda. O representante do empreendedor apresentou breve histórico do empreendimento, sua organização, etapas de desenvolvimento e objetivos, e os principais subsídios contidos no relatório, enquanto os representantes da empresas de consultoria ambiental, Luís Sérgio Akira Kaimoto e Sérgio Luís Pompéia apresentaram uma síntese do EIA/RIMA. O Eng^o Alfredo Rocca, gerente do Departamento de Avaliação Ambiental de Processos e Projetos da CETESB, comentou que, há alguns meses se analisava criteriosamente as propostas que acabam de ser apresentadas, pois a etapa em que tramita o licenciamento ambiental do empreendimento tem como objetivo último reconhecer ou não sua viabilidade ambiental – acrescentando ser nessa etapa em que se dá a oitiva à sociedade civil, o que ora acontece. Informou que uma equipe técnica do Departamento de Licenciamento compareceu à audiência para acompanhar as discussões e colher as contribuições oferecidas, as quais, após examinada de sua exequibilidade, serão ou não inseridas no projeto. Informou, ainda, que, superada essa etapa, a mesma equipe elaborará o parecer técnico, que será enviado ao CONSEMA, o qual poderá ou não avocar a si sua apreciação. Enfatizou que, caso a avocação ocorra, o Plenário do CONSEMA apreciará esses estudos e reiterará ou não a indicação de sua viabilidade ou inviabilidade. Caso o Pleno confirme a primeira hipótese a CETESB imediatamente concederá a licença prévia, e, caso reconheça a segunda hipótese, a da inviabilidade, caberá à CETESB determinar a possibilidade ou não de o empreendedor reiniciar o processo. Passou-se à etapa da audiência em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Leibniz de Almeida, morador do Jardim Ester, há 36 anos e representante do Sindicato dos Rodoviários, ao pronunciar-se em nome do presidente Francisco de Monte e Leite, explicou que a entidade disponibiliza os motoristas para os caminhões do sistema de coleta seletiva de lixo e considera a audiência pública uma oportunidade para que a comunidade externe sua preocupação em ter que, mais uma vez, arcar com os problemas da ampliação do aterro, tais como, proliferação de urubus, roedores e moscas. Reivindicou que seja procedida a efetiva compensação ambiental, com vegetação mais adequada para a região. Passou-se a palavra à Maria do Carmo, representante da Zeladoria Ambiental - São Francisco Global, que ratificou a posição contrária desse grupo quanto ao empreendimento, devido os grandes impactos ambientais concentrarem-se na área do seu entorno e pelo fato de que as compensações ambientais ocorrerão fora da região afetada. Revelou que, apesar da manutenção de um diálogo contínuo com o empreendedor, muitas dúvidas da comunidade não puderam ser esclarecidas, mas como na fase atual, não há como retroceder esperam, que o processo seja conduzido de forma organizada. Destacou que, após realizar várias visitas ao CTL da EcoUrbis, constatou que “*não tem tanta contaminação*” como se observava no antigo aterro Sapopemba mas, considerando os elevados impactos ambientais, solicitou que os riscos sejam sempre comunicados de forma transparente à comunidade. Pediu garantias de que as compensações ambientais sejam, de fato, realizadas na região, assim como, especial atenção para que o Projeto das Nascentes, em andamento, seja incluído nas compensações. Solicitou também apoio efetivo da Prefeitura para viabilizar a implantação e manutenção de centrais de reciclagem de resíduos, cujos locais de implantação já foram mapeados, junto à prefeitura. José Vicente Pimenta da Pastoral da Ecologia da Arquidiocese de São Paulo lembrou que participou, combativamente, do processo de licenciamento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

do aterro, desde seu início, por considerar o aterramento de lixo um sistema questionável e, que o Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, equivoca-se em continuar a adotar a mesma velha solução para lidar com o problema. Remeteu à seguinte informação da página eletrônica da CETESB, a qual consultou em 17 de novembro de 2013: *”de fato os aterros sanitários são uma forma de armazenamento de lixo no solo, mas uma alternativa que não pode ser considerada a mais indicada uma vez que os espaços úteis a essa técnica, tornam-se cada vez mais escassos”*. Classificou como muito simbólico, o fato da audiência ocorrer em um teatro tendo em vista tratar-se de uma apresentação bem elaborada, porém mentirosa, uma farsa organizada para enganar e ganhar a confiança dos cidadãos comuns, mais incautos, que não tem tempo de estudar a legislação ambiental e as alternativas tecnológicas existentes e de conhecer com profundidade os termos técnicos utilizados, ou seja, pessoas sem acesso a essas informações. Com a apresentação fica a impressão de que está tudo certo, *“tudo bonitinho”*, mas na verdade não está. Disse que poderia discorrer horas sobre as inconsistências do RIMA. Ao invés disso, optou por dirigir alguns questionamentos ao órgão licenciador, CETESB, ao CONSEMA e depois ao Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, responsável pela municipalidade e, conseqüentemente, pela destinação dos resíduos que passou a formular: Qual a credibilidade de um EIA realizado sob a responsabilidade de uma empresa contratada pela prefeitura para construção e operação de um aterro sanitário? Não seria a mesma coisa que contratar um ladrão para segurança das nossas casas? Alguém espera que a empresa relate com sinceridade todos os problemas decorrentes de tal empreendimento, sabendo que isso o tornaria inviável? Alguém acredita mesmo que a deposição de 27 milhões de toneladas de lixo, durante 11 anos sobre um terreno, não provocaria alterações importantes nas águas, fauna, flora e para os seres humanos, como ela afirma na página oito do RIMA? Não é suspeito, que tendo encontrado nas águas subterrâneas, a concentração de metais pesados como chumbo, mercúrio, arsênio e cromo, acima dos valores médios permitidos, a empresa tem associado esse fenômeno às características geoquímicas do solo? Não seria mais provável estar esse fenômeno associado aos mais de 40 anos de deposição de lixo nas imediações? Classificou como hilária a informação, constante da página 43, do RIMA, onde, segundo a empresa, a contaminação detectada nas águas está relacionada a processos naturais, tais como, morte de plantas e de animais e ações antrópicas, ou seja, que a contaminação não se relaciona a presença dos aterros. Ou seja, a causa seria das plantas, dos animais mortos e dos dejetos humanos. Duvidou sobre a seriedade do RIMA, quando constatou que o monitoramento epidemiológico da região realizada desde 2010 pela ECOURBIS, não detectou nenhuma alteração nas notificações de doenças e nenhum agravamento à saúde, decorrentes do aterro. Neste sentido, questionou a veracidade desse monitoramento visto ser procedido pela própria empresa contratada para coletar e destinar o lixo. Disse que a situação assemelha-se à de se contratar um mecânico para realizar um procedimento cirúrgico cardíaco. Por último, destacou que, na página 16 do RIMA, foram elencadas algumas tecnologias de tratamento de lixo, como a compostagem, a reciclagem e o tratamento térmico. Além de ressaltar que, além do estudo não ter considerado a adoção da biodigestão do lixo, alertou o Prefeito de São Paulo, de que a concessionária contratada pela prefeitura, ECOURBIS, rotulou como inviáveis todas as alternativas de tratamento de resíduos e reciclagem, manobra característica de reserva de mercado. Pedro Luiz Caranicolov, representante da Quaresmeira, ONG de São Matheus relatou que, mudou-se para Jardim Santo André há 36 anos, aos cinco anos de idade, e que desde então, lembra-se que os moradores do bairro convivem com o problema do lixo na região. Externou possuir uma série de questionamentos dentre as quais: A implantação do aterro de São Matheus dá-se em tempo para que a natureza se recupere dos impactos ambientais decorrentes da ampliação do aterro São João?; Das compensações prometidas em 2005, quais foram cumpridas? Porque a proposta de implantação do parque Olímpico de Sapopemba, apesar de constar como já concluído no Plano Diretor de São Mateus encontra-se abandonado, totalmente destruído pelas chuvas e, como se não bastasse, não é indicado nos mapas do novo CTL?



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Porque, no mapa existente, a nascente do Rio Caguaçu é alocada em local errado daquele que de fato se encontra? Como o Morro do Cruzeiro, segundo ponto mais alto da capital, pode ser considerado uma área propícia para depósito de lixo se é uma região de manancial, rica em nascentes, que delimitam geograficamente as bacias dos rios, Aricanduva, Tamanduateí, Ribeirão do Escorço e Ribeirão Itaquera? As informações da proposta de 2005, de implantação de uma usina de biogás de geração de energia encontram-se disponíveis? Marcelo Doria, representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas de São Mateus, classificou como relevante a discussão da questão dos resíduos sólidos na região, não somente do ponto de vista das compensações pecuniárias, mas também pelo surgimento de uma cadeia produtiva potencialmente geradora de empregos e receitas, e para promoção da educação ambiental em escolas públicas e privadas, de forma que a juventude seja conscientizada da importância da coleta seletiva e da reciclagem do lixo. Externou que ao invés da discussão centrar-se na implantação de um aterro gostaria, na verdade, que fosse sobre a implantação de universidades em São Mateus. Ainda sim, considerou de grande importância a participação popular para que os problemas regionais sejam melhor administrados. Agnaldo da Silva França, representante da Associação Nova Esperança de São Francisco e da Zeladoria Ambiental São Francisco Global, revelou ter se entristecido quando se tenta reduzir a importância da compensação ambiental para a região. No entanto, as compensações representam um incentivo muito importante para as cooperativas e seus cooperados como, por exemplo, para Dulce Alves de Andrade, da Cooperativa Chico Mendes que com imenso esforço conduz, diariamente, seu carrinho com o lixo que coleta. Em externou serem estes sim os verdadeiros ambientalistas e intelectuais dignos de respeito e não aqueles que se qualificam como tal, mas na verdade, só trazem documentos, papéis e frases bonitas sem, contudo, procederem a separação do lixo nem mesmo em suas próprias residências. Jurandir Ferreira, representante da Associação Amigos do Bairro Jardim Ester, chamou a atenção para o fato de que o objeto do debate, não é um novo empreendimento, mas sim a extensão do existente, cujo projeto foi bem elaborado e apresentado. Pontuou que todos sabem que lixo não faz bem para ninguém, mas por outro lado, nunca soube de alguém ter morrido em razão do aterro ter vindo para São Mateus. Portanto, espera que o projeto seja aprovado com toda tecnologia avançada, proposta no projeto do mesmo. Ressaltou também que não se considera em condições de debater com os técnicos que realizaram a apresentação do projeto mas que, ao visitar várias vezes o local do empreendimento, nunca percebeu nada que desabone o trabalho que está sendo lá realizado. Afirmou acreditar que há condições de se tirar alguma coisa boa, em prol da comunidade moradora no entorno de São Mateus. Hamilton Clemente Alves, representante da Mace Ambiental de São Mateus, lembrou que em São Paulo, cada pessoa gera, diariamente, aproximadamente, dois quilos de lixo, a serem destinados para um aterro sanitário porque, no Brasil, a tecnologia do biodigestor ainda é muito cara. Sendo assim, considera a ampliação do aterro, uma discussão necessária por não haver, até o momento, uma tecnologia substituta viável. Afirmou que o prefeito Haddad e o secretário da Secretaria de Serviços, Simon Pedro, têm tratado essas questões com muita atenção, inclusive quando chamam a empresa ECOURBIS para discutir a implantação de centrais de reciclagem mecanizadas. Defendeu que a responsabilidade pela gestão do lixo deve ser compartilhada entre os governos e os cidadãos, representados por entidades regionais. Declarou a existência de um abaixo-assinado, que irá protocolar no CONSEMA, por meio do qual, a população reivindica a formulação de políticas públicas de resíduos sólidos para o município. Relatou ser este documento fruto das diversas reuniões procedidas pelas lideranças da região, cujas ações estão sendo constantemente, veiculadas pela Gazeta de São Mateus. Considerou de extrema importância, e certamente exitoso, o projeto do governo Haddad para redução da geração de 10% dos resíduos sólidos da cidade de São Paulo, o qual conta com o empenho do subprefeito de São Mateus. Externou que a comunidade ainda espera pela implantação de uma central mecanizada de reciclagem para a região, mesmo com a existência da Cooperativa de reciclagem Chico Mendes, com capacidade de processar 80 toneladas,





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

por mês, não receber nenhum apoio do governo, seja na esfera municipal, estadual ou federal. Lamentou sobre o fato da Pastoral da Ecologia, após a saída de Dom Pedro Luis, não mais discutir temas ambientais, e solicitou para que a entidade fosse novamente incluída nos debates sobre resíduos sólidos. José Domingos de Araújo Filho, presidente da sociedade amigos do Jardim Alto Alegre, morador de São Mateus há 35 anos e vizinho do CTL, comparou as condições de vida atual aos das antigas civilizações, discorrendo sobre os progressos tecnológicos da sociedade globalizada, industrial e mecanizada, ilustrando os paradoxos que ainda sobrevivem, considerando o árdua trabalho ainda desenvolvido, rotineiramente, por seus companheiros catadores de papel. Eles, relembrou, sobrevivem e lutam carregando fardos de materiais para reciclagem, por centavos de tonelada, e não por dólares, como ocorre no comércio do petróleo e do alumínio. Externou a vontade de todos para que sejam instaladas em São Mateus, não somente uma, mas várias centrais de reciclagem mecanizadas e também pela consolidação de políticas públicas de valorização econômica do trabalho dos catadores e separadores, tendo em vista o lixo ser considerado, hoje, uma mina de ouro. Gerônimo Barreto da Silva, presidente da Associação de Moradores de Nossa Senhora da Aparecida, aproveitou a ocasião da audiência pública para lembrar e pedir providências pelas mortes, dentre as quais, três crianças, ocorridas no bairro, em consequência das obras que estão sendo executadas pela DERSA. Por outro lado, elogiou a ECOURBIS pela implantação da Avenida Sapopemba que trouxe qualidade para a locomoção dos moradores. Ressaltou também que, assim como outros moradores, infelizmente, não pode ter acesso aos estudos, como se tem nos dias de hoje em razão dos governos do ex-presidente Lula e da presidente Dilma. No entanto, acredita que todos têm que respeitar o próximo, inclusive aqueles que possuem um grau de escolaridade mais elevado. Ressaltou o fato de que somente após 50 anos, o bairro foi pavimentado e obteve acesso à água, esgoto, canalização e iluminação e que isso se deve, em grande parte, a luta da comunidade e de sua liderança local, que trabalha com afinco e amor. Ao término pediu para as compensações, inclusive da DERSA, sejam destinadas a implantação de Universidades na região, principalmente para os jovens que estão concluindo o ensino médio, tenham acesso à educação superior e que melhor instruídos, possam contribuir com a subprefeitura, para manter a limpeza e o zelo pelo patrimônio público. Carlos Eduardo, coordenador do núcleo de esportes do CEU - Alto Alegre, morador da Terceira Divisão, há 17 anos, confessou que manifestava-se, radicalmente contra a implantação do aterro, porque não conhecia a proposta. Quando não havia o aterro, o lixo estava exposto a céu aberto e mal cheiroso, mas com o tempo essa situação mudou, ao ponto de há cerca de 200 ou 300 metros do aterro, do local onde mora, nem sequer sentir cheiro do lixo. Na qualidade de professor da rede estadual não se considera um leigo porque conhece muitas coisas e acredita ser extremamente importante que a comunidade se conscientize e faça parte das discussões sobre as compensações ambientais, centrais de coleta seletiva, iluminação no entorno, políticas públicas nas escolas. Lourival Afonso de Brito, representante da Associação de Moradores do Jardim Nova Conquista, fez ver a dificuldade de se buscar novos locais para a disposição de lixo e quantos já estão encerrados ou, por necessidade, tiveram que ser reativados. Também concorda que a ECOURBIS tem realizado um bom trabalho de coleta do lixo e que as condições do aterro de Sapopemba melhoraram muito nos últimos anos, mesmo com a pequena verba oriunda das compensações. Relatou acreditar na possibilidade de que avançadas tecnologias internacionais para resíduos, serem viabilizadas no Brasil, mas para que isso ocorra, as diferentes instâncias do governo nacional precisam trabalhar de forma sincronizada com o governo do Estado de São Paulo, destinando investimentos para tal e contando, também, com a participação de empresas privadas. Em que pese os bons serviços prestados pela ECOURBIS, cobrou que esta empresa invista no projeto aprendiz, com vistas a ofertar mais empregos e tirar os jovens das ruas. Também considera importante que a prefeitura, utilize parte do dinheiro das compensações e destine investimentos maiores para solucionar as questões de infraestrutura do bairro, porque o que se faz atualmente é muito pouco. Frica, representante da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Associação Desportiva Piratininga, relatou que a ECOURBIS, é uma empresa transparente, ou seja, sempre manteve um diálogo aberto e franco com o público, mesmo porque, não há como esconder o lixo. Ressaltou que fala na qualidade de líder comunitário, que há muito acompanha os trabalhos que vem sendo feitos pela empresa nos bairros da Terceira Divisão, São Mateus, Jardim Santo André e Fazenda da Juta. Ressaltou que, diariamente, de forma ininterrupta, são dispostos, sete mil tons dia de lixo, aproximadamente. Desta forma, não há como imaginar o que aconteceria na região, caso o trabalho da empresa fosse interrompido. Francisco da Silva Bezerra, representante da Associação de Moradores do Parque das Flores, frisou que todas as Associações, por meio de suas lideranças, podem e devem tornar a ECOURBIS mais do que uma concessionária coletora de lixo, isto sim, uma parceira para o aprofundamento das discussões em toda a região de São Mateus, local carente que, há muito tempo, não cresce como deveria, por falta de políticas públicas de desenvolvimento industrial e urbanístico. Apontou como grave o pouquíssimo investimento na área da educação, apesar de densamente povoada, principalmente por jovens e crianças. Que essa melhoria ocorra não somente no número de escolas, mas também pela implantação de programas de educação comunitária como forma de despertar a responsabilidade do cidadão para o lixo que produz. A mercê de políticas públicas, que não avançam, a região vivencia a contínua degradação ambiental da flora, fauna e das várias nascentes do córrego Caguaçú, apesar de terem sido empreendidos estudos e programas de gestão ambiental, desenvolvidos na UNICSUL. Por outro lado, disse acreditar em um futuro melhor se as entidades locais receberem incentivos para o desenvolvimento de programas culturais, esportivos e educacionais, principalmente para as crianças e jovens, que ao serem preparados, poderão ajudar a proteger o meio ambiente. Marina Inácio, representante da Associação Educacional e Cultural Padre Luiz Sutter, disse que lhe chamou atenção a fala de que para a população local seria melhor a urbanização que o aterro. Relembrou o inferno que era viver no local e a luta de seus moradores para paralisar o funcionamento do primeiro aterro na região. Também recordou datar daquela época, a luta por melhor educação e implantação de creches. Apesar disso, mesmo quando se fala tanto em créditos de carbono, a comunidade arca com o ônus do lixo a céu aberto, soterrar as margens da Avenida Sapopemba, contaminar o lençol freático, do nascimento de crianças sem cérebros, isto há mais ou menos 30 anos, e também de pessoas contaminadas pelos lixões clandestinos, até hoje. Apesar de tudo, alegou que ninguém faz nada, nem a CETESB. Levantou o fato de a tecnologia avançada estar gerando créditos de carbono e questionou o paradeiro desses créditos, visto que todo o ônus da degradação ambiental e da falta de desenvolvimento local vem sendo suportado, integralmente, pela comunidade. Descreveu a carência de creches e vagas para as crianças. Relembrou, a falta que faz as águas das inúmeras nascentes da região, onde várias famílias se abasteciam, hoje soterradas ou contaminadas pela disposição de lixo. Várias áreas, antes destinadas ao aterro Sapopemba foram ocupadas por moradias populares, no entanto, não cessam as demandas para implantação de mais aterros e incineradores na região. Reforçou o estado carente da comunidade por um olhar mais zeloso do poder público de forma a retornar para ela, em benefícios, tudo o que tem de direito, inclusive os decorrentes dos créditos de carbono. Milton Carvalho Horácio, representante do ABC AMAS, do Jardim Vera Cruz e do CONSEG - 55 DP, contou que há dez anos batalha pelas questões ambientais e lembrou com orgulho ter sido laureado, pela terceira vez, com o prêmio Franco Montoro. Tomou como exemplo a experiência bem sucedida, do sistema de coleta de lixo urbano implantado, há 17 anos, no Rio Grande do Sul, no qual os resíduos orgânicos são recolhidos as segundas, quartas e sextas, e nas terças, quintas e sábados. Sugeriu que sistema semelhante fosse implantado em São Paulo, e que desta forma os recicláveis possam ser beneficiados nas diversas cooperativas da cidade. Para se proceder a efetivação e o controle das compensações ambientais sugeriu a criação de uma comissão de especialistas em contabilidade, da sociedade civil, para garantir a fiscalização e acompanhar a aplicação monetária da compensação. Por último, alertou para a necessidade de esclarecimentos sobre os impactos à saúde, decorrentes da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

incineração da parte dos resíduos e também sobre o grau de resistência do sistema de impermeabilização do aterro. Dulce, representante da Cooperativa Chico Mendes, reforçou a importância da audiência, na decisão de investimento dos recursos das compensações ambientais decorrentes da disposição e coleta seletiva de lixo. Contou que a Cooperativa atua em parceria com a CETESB, por terem os mesmos objetivos e também em colaboração com a ECOURBIS. Relatou sua participação na área da educação ambiental, ministrando palestras nas escolas da região, com o objetivo de difundir a separação do lixo nas residências, de forma a contribuir para diminuir seu aterramento e elevar a taxa de reciclagem. A experiência se mostrou tão exitosa, em São Rafael, ao ponto de todas as escolas nesse distrito realizarem a separação e encaminhamento do lixo para a cooperativa, e por essa razão há uma proposta de incluí-la no currículo escolar. No entanto, teme pela continuidade do projeto tendo em vista a baixa capacidade de processamento da cooperativa. Devido à precariedade de suas instalações, as 40 famílias trabalhadoras que sobrevivem desse trabalho, lutam para não perderem a eficiência, mesmo quando expostos diretamente ao sol e a chuva, pela falta de um telhado protetor. A falta de uma empilhadeira também obriga os trabalhadores a se esforçarem para carregar os pesados *bags* de lixo dos caminhões. Apesar de todas essas dificuldades elevarem os riscos de acidentes e atuações trabalhistas externou sua crença na possibilidade que essas condições vividas pela cooperativa possam ser melhoradas, a partir de parcerias a serem firmadas junto com colaboradores, como a CETESB, e financeiramente viabilizadas por meio das compensações. Passou-se a etapa seguinte da audiência quando se manifestam os cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome. Laércio Lima Gomes, morador do Jardim Santo André, há 43 anos, expôs sua insatisfação em se deparar com mais uma das diversas propostas da ECOURBIS para enterrar o lixo. Considera tais propostas, não somente um retrocesso tecnológico, mas também um reflexo da falta de seriedade da relação entre a prefeitura de São Paulo e a ECOURBIS, que segundo sua avaliação, “*cheira mal*”. Reforçou não ser contrário ao aterro, pois todo o lixo gerado pela sociedade deve ser adequadamente destinado, mas não exclusivamente para aterros, como uma forma de beneficiar financeiramente a ECOURBIS e a Prefeitura. José Ulisses Bezerra de França, técnico agrícola, gestor ambiental e biólogo contou considerar fraca a atuação do poder Público, constatando sua falta de seriedade e poucos esforços na busca de verbas para melhorar as condições de vida de São Mateus em termos de escolas, creches, parques e postos de saúde. Dos 14 parques prometidos, somente quatro foram entregues, um deles desprovido de água e luz. Revelou que não levaria nem um inimigo para conhecer o parque de Sapopemba. Desconhece como pode a ECOURBIS, qualificá-lo como sendo um parque e a Prefeitura aceitar, a condição deplorável que se encontra. Considerou espantosa a situação de, novamente, terem que aceitar mais um aterro em São Mateus, sem que ao menos, as compensações do aterro anterior terem sido destinadas à região. Sendo assim, reivindicou a implantação de todos os benefícios à comunidade, antes da implantação de um novo aterro. Confessou também, ter desistido de levar as crianças para visitarem o aterro, pelo Projeto Ver de Perto da ECOURBIS, em razão da empresa não ter atendido as diversas solicitações que fez para visita. Rosângela Bispo do Nascimento refutou o fato de alguns considerarem os moradores do Jardim São Francisco e Santo André despreparados para os debates e ignorantes para formular reivindicações. Afirmou o desconhecimento desses críticos quanto a força e a seriedade dos moradores favoráveis as cooperativas, que apesar das enormes dificuldades financeiras que enfrentam, continuam a reciclar, da melhor forma possível, o lixo gerado. Portanto, julgou ser fácil a posição de apenas criticar a ECOURBIS sem, contudo, sugerir soluções e questionar a situação do lixo, que ao invés de estar sendo destinado ao aterro, é lançado, inadequadamente, nas ruas, calçadas e na beira das avenidas e matas. Passou-se a manifestação dos representantes dos conselhos e a seguir de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal. Sueli Rodrigues, representante do Conselho de Meio Ambiente da Subprefeitura de São Mateus comunicou que seus conselheiros





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

elaboraram um documento a ser protocolado no CONSEMA e passou a leitura dos nove itens constantes da reivindicação: *“Primeiro: apresentação dos estudos epidemiológicos que comprovem não haver impacto do aterro sanitário e da Central de Tratamento de Resíduos Leste, sobre a saúde dos moradores da região; Segundo: imediata apresentação de estudos que esclareçam o nível dos impactos do transporte dos resíduos para a Central de Tratamento de Resíduos Leste sobre viário, trânsito local e a saúde da população; Terceiro: levantamento de outros estudos necessário a total segurança quanto aos impactos imediatos e futuros sobre a vida da população da região; Quarto: disseminação de informações detalhadas sobre a aplicação dos recursos referentes às compensações dos impactos ambientais do aterro São João e da Central de Tratamento de Resíduos Leste; Quinto: apresentação de plano de longo prazo para a minimização futura do processo de aterramento; Sexto: apresentação do Plano de Trabalho sobre a compensação para os impactos decorrentes da ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste; Sétimo: garantia de ampla e qualificada discussão com a população local, principalmente com os mais diretamente impactados sobre a ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste, CTL, e as mudanças que serão geradas na região; Oitavo: apresentação de amplo e qualificado projeto de educação ambiental para a região de São Mateus; Nono: garantia de aprofundamento das discussões e de acompanhamento de todo o processo pelo COREMAD de São Mateus”*. Destacou que o Conselho Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e Cultura de Paz da Subprefeitura de São Mateus - COREMAD, deliberou que este documento também fosse encaminhado para todas as instâncias do poder executivo municipal; ao Conselho Municipal de Meio Ambiente; a Câmara Municipal; Comissão de Meio Ambiente e Frente Parlamentar de Meio Ambiente; a Promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público Estadual; a ECOURBIS; e outros atores sociais ligado a área ambiental. Completou que o conselho não é contrário ao aterro, mas sim a favor de que a população seja melhor esclarecida, principalmente, os moradores de São Mateus, vizinhos do mesmo. Sueli Rodrigues, aproveitou também sua condição de representante da SEMAIS, para relatar a experiência, inicialmente exitosa, de terem conseguido implantar a coleta seletiva de lixo no Condomínio Santa Bárbara mas, que por falta de apoio do poder público municipal, não logrou continuidade, *“indo tudo por água abaixo”*, apesar esse programa de educação ambiental ter contado com investimento público. Relatou que a Conferência Municipal sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos foi *“uma vergonha”*, porque os delegados representantes das regiões, apesar de inscritos, não compareceram na plenária na qual se deveria discutir as condições dos resíduos sólidos da cidade de São Paulo. Sendo assim, considerou como inócua a participação eloquente de alguns, durante a audiência do CONSEMA se, na hora da tomada de decisão, da oportunidade de fazer as coisas acontecer, não comparecem. Ademir Áureo Mota, representante do Conselho Gestor de Saúde de São Mateus, vizinho do antigo aterro Sapopemba, hoje Parque Sapopemba, reconheceu que falta muito para melhorar aquela região, mas como já foram iniciadas as ações de beneficiamento, considera importante que se dê continuidade as mesmas. No princípio disse que era veementemente contra a ECOURBIS, no entanto, ao conhecer melhor o projeto e as compensações passou a ser favorável. Contrariamente ao que foi dito, considera a área de Sapopemba como sendo de fato um parque e se carece de melhorias, todos devem se unir para que isso ocorra e não somente criticar. Acredita que a prefeitura deve ser cobrada, para destinar recursos uma vez que a ECOURBIS se propôs a instalar duas centrais de reciclagem na região. Maurílio dos Reis, representante do Conselho Consultivo Programas e Metas da Zona Leste Boa, lembrou não ser possível falar-se em aterro, sem discutir seu impacto ambiental, seria uma ingenuidade desconsiderá-los. Portanto, considerou como forma mais correta, buscar a implantação da coleta seletiva em todos os bairros, o que poderia ser realizado por meio das diversas comunidades pastorais, católicas da arquidiocese de São Paulo. Relatou que a ECOURBIS mantém um espaço aberto para quem busca informações, de forma que a coleta seletiva aconteça, além de não se negarem a firmar parcerias



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

junto a comunidade, que deve trabalhar no sentido de efetivá-las. Considera ainda fraca a consciência de que se pode transformar lixo em dinheiro, o que representa uma oportunidade perdida, tendo em vista a quantidade de papelão, garrafas PET e de latinhas de alumínio jogadas nas ruas. Por essa razão, as reivindicações por creches, postos de saúde serão sempre insuficientes, caso a comunidade não se mobilize para aproveitar as oportunidades existentes. Fátima Magalhães, representante do Conselho de Segurança do CONSEG, cumprimentou os presentes, em nome do subprefeito Fernando e lembrou que a comunidade do Jardim Sando André, fundado em 1966, vem reclamado constantemente do mau cheiro do bairro. Também apontou como preocupante a elevada incidência de problemas de tireoide em mulheres, de 29 a 40 anos; dos problemas respiratórios, principalmente, nas crianças e idosos, todos eles encaminhados para atendimento no AMA e na UBS da região. Por esses motivos, em caráter de urgência, reivindicou que a compensação ambiental fosse também destinada à instalação de uma AMA especialidade para atender a região afetada. Considera também que os esforços de reciclagem e de educação ambiental, ora realizadas, devem ser realmente valorizados. Nesse sentido, exemplificou, com sendo de grande valor, o trabalho da Dona Dulce na comunidade, classificando-o como sendo: *“um trabalho de formiguinha”*. Ressaltou, também, que na qualidade de representante do Conselho Tutelar tem presenciado muitas mães chorando pela falta de oportunidades de trabalho e de creches na região, mas mesmo assim, o extremo da Zona Leste, só é lembrado pelas coisas ruins ou quando há necessidade de se implantar um cemitério, por exemplo. Passou-se à etapa das réplicas. Luís Sérgio Akira Kaimoto, representante da Cepollina Engenheiros e Consultores Ltda., asseverou haver algum engano quanto a existência de queima do lixo, conforme denunciado, uma vez que o projeto não prevê a adoção dessa prática. A única queima existente é a do próprio biogás na usina. Esclareceu também que a impermeabilização da base do aterro constitui-se de uma manta de polietileno expandido, de alta densidade, que possui a durabilidade prevista de 400 a 500 anos, dentro do lixo, até que se inicie sua degradação. Além disso, sobre essa manta explicou existir uma camada de solo argiloso, de baixa permeabilidade. Portanto, esclareceu as múltiplas barreiras impermeabilizantes, no fundo do aterro. Explicou, também, sobre a existência de sistemas para a drenagem dos líquidos e dos gases gerados no processo de decomposição do lixo orgânico pelos micro-organismos, e também da existência de um sistema de monitoramento da eficiência dessa drenagem. Rodrigo Spindola, geólogo que participou do estudo de impacto ambiental, ratificou a explicação dos sistemas de impermeabilização na base e na superfície do aterro e detalhou seu funcionamento e eficácia na proteção das águas subterrâneas. Relatou existir, desde à época do Sítio São João, um amplo sistema de monitoramento da qualidade das águas subterrâneas para diversos parâmetros, inclusive metais pesados, com postos de coleta a montante, jusante e na área do aterro, que é procedida nas diferentes épocas do ano, secas e chuvosas. Explicou que se tivesse havido qualquer alteração da qualidade das águas, isso teria sido detectado, uma vez que os laudos de análise e relatórios de interpretação são encaminhados, trimestralmente, para CETESB. Com relação aos metais pesados, tem-se detectado, de forma eventual, traços de ferro, alumínio e manganês, cuja presença ocorre naturalmente no solo. Chegou se constatar chumbo e níquel, esporadicamente; que se fossem decorrentes do lixo, suas concentrações teriam se elevado ao longo do tempo, tendência esta, não observada. Fez questão de ressaltar que os resultados obtidos são comparados aos padrões de potabilidade, que são mais restritivos, mesmo não sendo a água subterrânea do local, destinada ao consumo humano. Lembrou também da existência de uma rede de drenagem e coleta das águas pluviais, de forma que as mesmas sejam direcionadas para fora do maciço de lixo. Sérgio Pompeia, Diretor-Presidente e fundador da CPEA – Consultoria e Planejamento de Estudos Ambientais Ltda. garantiu ser elevado, o nível de segurança ambiental do empreendimento e que, as inúmeras outras alternativas tecnológicas existentes, além do aterro, foram consideradas durante o estudo de viabilidade e se não foram adotadas é porque de alguma forma esbararam em questões, tais como, nível de investimento, relação custo e benefício, viabilidade de localização, dentre outras. De



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

qualquer forma expôs a importância da adoção de ações para reduzir o lixo, a partir da reciclagem e do reaproveitamento. Nelson Domingues Pinto Junior, representante da ECOURBIS Ambiental S.A esclareceu que o levantamento epidemiológico foi executado segundo metodologia estabelecida junto a ANVISA, tendo inclusive sido aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa. Além disso, todos os relatórios, realizados desde 2010, são encaminhados para a CETESB, inclusive o de 2013, que se encontra em fase de finalização e será colocado a disposição para conhecimento e discussão. Assegurou que os projetos de parceria que estão sendo desenvolvidos, desde 2006, junto à comunidade e as escolas irão prosseguir, seguindo a mesma sistemática até então empregada, de apoio às políticas públicas de educação. Considera como bem vinda o acompanhamento de todo esse trabalho pela sociedade. Explicou também que não há como tratar corretamente os resíduos sem a implantação física de equipamentos. Sendo assim, todas as cidades, alocam seus aterros, estações de transbordo e de tratamento de esgoto e resíduos de saúde em locais próximos a elas, independentemente, do seu grau de adensamento. Assim ocorre em Vergueiro, São Amaro e no Jaguaré. Reconheceu que a coleta seletiva de lixo não ocorre em toda a cidade, mas garantiu que nos locais onde é realizada, o lixo domiciliar orgânico e os resíduos recicláveis são recolhidos, pelos caminhões, em dias diferentes. Alfredo Roque, gerente do Departamento de Avaliação Ambiental de Processos e Projetos da CETESB, reconheceu serem recorrentes os questionamentos dos motivos pelos quais se opta pela implantação de aterros ao invés de outras alternativas tecnológicas mais avançadas para solucionar o problema do lixo. Explicou que o aterro foi a solução, mais viável, para acabar com a proliferação, completamente irregular, dos lixões e as descargas de lixo a céu aberto, que ocorriam em todo o Brasil. Atualmente, sobre a égide da Política Nacional de Resíduos Sólidos, muitos esforços precisam ser feitos para implantar novas tecnologias de tratamento e destinação de lixo. Isso envolve muita articulação, principalmente, junto às comunidades para que a atividade de reciclagem do lixo, deixe de ser informal e passe a ser realizada em cooperativas. Explicou que muito empenho deverá ser feito para a implantação de mais unidades de triagem, sejam elas manuais ou mecanizadas. Sabe-se que não será possível abolir totalmente, em curto prazo, os aterros, uma vez tratar-se de um processo lento de transição tecnológica. Por fim, apontou como promissor, o fato de algumas empresas de tecnologia já possuírem, junto à CETESB, processos de licenciamento de novas alternativas tecnológicas de tratamento e disposição de lixo. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, esclareceu que todo e qualquer interessado teria o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto. Acrescentou que tais contribuições deveriam ser encaminhadas ou pelo correio eletrônico, por meio do endereço consema.sp@ambiente.sp.gov.br, ou através dos Correios, ou, ainda, serem protocolizadas diretamente na Secretaria Executiva do CONSEMA. Agradeceu, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da audiência pública. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.